



## **SIMPÓSIO “PAISAGEM E PODER: CONSTRUÇÕES DO BRASIL NA DITADURA”**

**26 e 27 de junho de 2024 | Centro MariAntonia da USP**

Muito do que vemos ao nosso redor no Brasil tem sua gênese nos 21 anos do regime civil-militar. O espaço se transformou profundamente: de conjuntos residenciais à expansão das periferias urbanas, das rodovias e barragens construídas nos quatro cantos do país a viadutos e avenidas cortando nossas metrópoles, de edifícios modernos icônicos a estruturas espaciais ordinárias, da destruição das marcas da história à construção de cidades novas pelo território nacional. Trata-se de um processo marcado pelo modelo de desenvolvimento do período, com transformações de dimensão e velocidade sem precedentes na história nacional, e que alterou a paisagem brasileira a partir da forte presença do mercado e, sobretudo, pela ação do Estado conservador e autoritário.

Tais transformações na paisagem e no ambiente construído, em escala nacional, não só foram levadas a cabo pela ditadura civil-militar como também estiveram no centro das formas de reprodução do próprio regime, mobilizando amplos setores do empresariado da construção civil, dando base à acumulação industrial e extrativista ou atendendo a demandas das classes médias urbanas iniciativas industriais e extrativistas. A produção de conhecimento em tais temas se apresenta como demanda urgente para um campo disciplinar nas fronteiras da arquitetura e do urbanismo, em contato intenso com outras áreas do conhecimento. O propósito do evento é reunir pesquisas recentes sobre o tema e provocar novas reflexões e revisões a seu respeito.



## PROGRAMAÇÃO

---

### DIA 1 - 26 DE JUNHO

#### Abertura 9:00-9:30

#### Mesa 01 - 9:30-11:30h | Território, segurança e planejamento

Paulo Bomfim (IFSP, pós-doc UFPA)  
Victor Próspero (pós-doc Princeton)  
Nilce Aravecchia (FAU-USP)

#### Visita guiada à exposição "Paisagem e Poder" - 11:30-12:30

#### Mesa 02 - 14:00-16:00h | Extrativismo e questão ambiental

Raíssa Pereira Cintra (pós-doc IAU-USP)  
Leonel Olímpio de Oliveira (Mestre UECE)  
Henri Acselrad (IPPUR-UFRJ)

#### Mesa 03 - 16:30-18:30h | Habitação e produção da cidade

Magaly Pulhez (IC-Unifesp)  
Deborah Sandes (Doutoranda FAU-USP)  
Mariana Fix (FAU-USP)

---

### DIA 02 - 27 DE JUNHO

#### Mesa 04 - 9:30 -12:00 | Arquitetos e instituições sob a ditadura

Marcelo Felicetti (UFRR)  
Michel Chauí (Doutorando FAU-USP)  
Paula Dedecca (Escola da Cidade)  
Sarah Feldman (IAU-USP)

#### Mesa 05 - 14:00-16:00h | Tecnopolítica das grandes obras

Deborah Neves (pós-doc Unifesp)  
Luiz Florence (Dr. FAU-USP)  
Pedro Campos (UFRRJ)

#### Mesa 06 - 16:30-18:30h | Arquitetura, política e desenvolvimentismo

Jose Lira (FAU-USP)  
João Fiammenghi (Doutorando FAU-USP)  
Alexandre Barbosa (IEB-USP)



## RESUMOS E DESCRIÇÃO DAS MESAS

### MESA 1 | Território, segurança e planejamento

9:30-11:30h

Se por um lado o regime militar implicou em uma institucionalização inédita do planejamento territorial em âmbito federal, por outro lado a integração geográfica por ele promovida, sobretudo através de estradas, foi guiada pela doutrina de Segurança Nacional, buscando estabelecer grandes empreendimentos em áreas vulneráveis ao “inimigo interno”, ou processos de re-colonização induzida em áreas consideradas como “vazios demográficos”. A mesa buscará debater as especificidades da leitura do território pela ditadura militar, através de diferentes escalas do planejamento e projeto.

#### **Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim (IFSP, pós-doc UFPA)**

##### **O planejamento estatal na ditadura militar e a obsessão pela Amazônia**

Recriado com o golpe militar de 1964, depois de uma breve existência democrática, o Ministério do Planejamento incorporou, a partir de 1967, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fusão que fortaleceu a concepção de políticas públicas de forte apelo regional e territorial no marco do planejamento no Brasil. Dentre os planos, ambiciosamente gestados na virada para a década de 1970, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o Programa de Integração Nacional (PIN) abrigaram um grande leque de obras de infraestrutura, às quais, sob a argumentação da segurança e da integração nacionais, objetivavam consolidar a ocupação do território, do ponto de vista estatal e geopolítico. Em particular, a Amazônia ganhou destaque em relação a essas práticas. As rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte estão no cerne, enquanto objetos geográficos, de profundas transformações na paisagem da região, desde então, abrindo um caminho, literalmente, para a integração da região aos movimentos dos grandes capitais, ao preço de impactos socioeconômicos e culturais brutais, no contato de uma massa de migrantes com os povos originários e tradicionais (além de danos ambientais irreversíveis), processo que, a partir de então e nas décadas seguintes, somente se aprofundou. Discuti-los hoje, portanto, é de suma importância para entender como (re)pensar as intervenções na região.

#### **Victor Próspero (pós-doc Princeton)**

##### **Territórios ambivalentes da arquitetura na ditadura militar**

Esta comunicação busca refletir sobre as conexões e transposições de escala entre planejamento territorial e projeto arquitetônico, com atenção para as operações ideológicas nelas subjacentes. Se o regime militar representou um momento de ampla institucionalização do planejamento em suas diversas escalas, foi também um momento de explosão nas encomendas de projetos de edificações, de modo que arquitetos foram convocados a atuar amplamente na transformação do ambiente construído, a despeito da frustração das expectativas políticas dos setores mais à esquerda no campo profissional. O ideal de integração do território nacional, levado adiante pela ditadura nos moldes da doutrina de Segurança Nacional, foi não só campo de atuação como também objeto das práticas discursivas do



meio arquitetônico. A noção de território, portanto, aparece como um dos pontos de cruzamento entre espectros políticos opostos, e tema privilegiado para a reflexão sobre as contradições inerentes às apostas epistemológicas daquele momento. O modo como esse ideal é mobilizado pela arquitetura – ora enquanto escala de planejamento, ora enquanto referência alegórica de formalização – é objeto de leitura crítica dessa apresentação.

### **Nilce Aravecchia Botas (FAU-USP)**

#### **Crise do desenvolvimentismo como alienação territorial**

Entende-se a institucionalização do planejamento urbano e regional no Brasil, bem como suas consequências propriamente materiais, relacionando-a aos debates econômicos acerca dos problemas do desenvolvimento. Do ponto de vista da história intelectual, busca-se associar a ideia de um "planejamento integral" do território com o "ciclo histórico do desenvolvimentismo" (1930-1964) (Bielschowsky, 1988). A hipótese é que a crise dessa doutrina econômica, no âmbito mais amplo do pensamento social brasileiro, foi elemento decisivo para os rumos da ação do Estado sobre o território durante e após a ditadura civil-militar (1964-1985).

## **MESA 2 | Extrativismo e questão ambiental**

**14:00-16:00**

A promoção de práticas extrativistas como atividade econômica estratégica nos planos de desenvolvimento e integração nacional do regime definiu relações violentas de exploração da terra, em condições desumanas de trabalho, e com impactos ambientais devastadores. A mineração esteve diretamente relacionada à cadeia de produção industrial, envolvendo também investimentos em transporte e energia e se fazendo visível na difusão de materiais de construção como o aço e o alumínio. Esta mesa procura abrir reflexões sobre a relação entre extrativismo, infraestrutura e indústria da construção, e outras formas de impacto ambiental resultantes do projeto de desenvolvimento da ditadura.

### **Raíssa Pereira Cintra (pós-doc IAU-USP)**

#### **A base neoextrativista da arquitetura moderna: o caso do alumínio**

Em novembro de 1968, vinte dias antes do decreto do Ato Institucional Número 5 (AI-5), após meses de grandes mobilizações populares e greves sindicais no país, começava o VII Salão do Automóvel na inauguração de um mega edifício com aproximadamente 70 mil metros quadrados executado em alumínio e inteiramente destinado às das feiras de negócios. A obra do Pavilhão de Exposições do Parque Anhembi, com todas as inovações tecnológicas de uma arquitetura pré-fabricada, foi comemorada através de uma série de inovações técnicas que significou a imagem da eficiência, do desenvolvimento e da modernidade do regime militar. O evento parece simbólico ao celebrar as principais indústrias favorecidas nesse período, a indústria automobilística e a da construção civil. A presente apresentação pretende mostrar os rendimentos da pesquisa em andamento tomando como ponto inicial essa obra, mas agora jogando luz para a produção dos seus componentes em alumínio. Assim, investigando a produção do material revelam-se as enormes contradições invisibilizadas, mas



presentes no cerne da produção da construção civil. Da mineração da bauxita em Minas Gerais até a produção dos componentes em alumínio, uma série de impactos ambientais e sociais revelam a lógica neoextrativista da arquitetura moderna.

### **Leonel Olímpio de Oliveira (Mestre UECE)**

#### **Arquitetura ignota: as fronteiras dos conflitos espaciais e ambientais no semiárido brasileiro**

O semiárido brasileiro - região correspondente a cerca de 13% do território nacional com população estimada em 28 milhões de habitantes - pode ser considerado um espaço sob intervenção através das construções e grandes arquiteturas no seu espaço. Comumente sendo o espaço de grandes infraestruturas pela chamada política de Estado "Obras contra as Secas", ele também se encontra sob atuação de atividades de extração de minério por parte de empresas e do Estado. Há uma linha tênue entre essas atividades em relação ao espaço do semiárido e à maneira que essas intervenções pensam suas técnicas, suas argumentações e acabam concebendo uma política para a região. Pretendemos examinar as fronteiras conflituosas entre essas intervenções, compreendendo como a arquitetura se configura como uma materialização direta de políticas que atuam através da construção de grandes infraestruturas, pensadas como uma técnica de extração e controle do espaço, que exercem uma política ambiental no semiárido brasileiro.

### **Henri Acselrad (IPPUR-UFRJ)**

#### **O "meio ambiente" da ditadura e a subversão dos direitos**

Com a intensificação dos ritmos e a extensão da ocupação territorial pelas monoculturas e projetos pecuários, assim como pela instalação de polos petroquímicos e siderúrgicos a partir do II PND, deu-se, ao longo dos anos 1970, uma grande aceleração dos processos de transformação de matéria, energia, água e sistemas vivos em componentes de mercadorias exportáveis. Através da acumulação primitiva movida pelo Estado, populações foram retiradas de seus territórios e territórios retirados de suas populações. A publicidade governamental dos projetos para a Amazônia ("Chega de lendas; vamos faturar", "Vamos rasgar o inferno verde para você encontrar a mina de ouro", "Esta estrada vai passar por uma agência do Banco de Londres") destacava a chegada, na região, do mundo do capital e a pretensão à destruição dos mundos e culturas ali preexistentes. Ocupar e controlar territórios é meta recorrente das atividades extrativas em grande escala, com suas logísticas conexas que comprometem as condições ecológicas de existência de pequenos produtores, povos indígenas e comunidades tradicionais. É grande, pois, a convergência observada entre as lógicas empresariais e militares na implantação de redes logísticas por via de ações de Estado. Estas lógicas foram, por vários meios, herdadas da Ditadura pelo neoextrativismo financeirizado, em particular pelas estratégias territoriais adotadas por suas corporações no período que se iniciou após as reformas neoliberais dos anos 1990.



## **MESA 3 | Habitação e produção da cidade**

**16:30-18:30h**

A política habitacional encampada pela ditadura militar transformou o ambiente construído das cidades brasileiras no período do regime, seja pelo que produziu seja pelo que deixou de produzir. Um processo combinado que, a um só tempo, privilegiou o circuito imobiliário-construtor e fez multiplicar, pelo avesso, periferias e bairros auto-construídos. A mesa pretende debater as dinâmicas de valorização deste circuito e os impactos urbanos gerados, destacando a atuação do Banco Nacional de Habitação, suas linhas de financiamento e a rede extensa de agentes (públicos e privados) envolvidos nas formas de produção habitacional propostas.

### **Magaly Marques Pulhez (IC-Unifesp)**

#### **BNH e o Programa CURA: controle ou avanço da valorização do circuito construtor-imobiliário?**

Estruturado como o órgão central financiador da política habitacional e urbana promovida pelos militares, o Banco Nacional de Habitação garantiu fluxos extraordinários de crédito para o setor da construção e para o mercado imobiliário, através de variados modelos de financiamento. Na primeira metade da década de 1970, ao apostar em investimentos mais rentáveis diante da crise de inadimplência que o atingia, o BNH não apenas se consolidou como principal agente nacional da política de desenvolvimento urbano, como possibilitou, ainda, novos benefícios ao setor privado, passando também a subsidiar obras de infraestrutura. Foram muitas as iniciativas voltadas para tal, dentre elas o Programa CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), concebido para prover infraestrutura e equipamentos públicos em áreas consideradas ociosas, definidas pelos municípios aderentes, facilitando a oferta de terras já infraestruturadas à iniciativa privada para que pudesse investir em negócios imobiliários. Embora os princípios do programa argumentassem pelo controle da especulação imobiliária, sobretudo através da aplicação da alíquota progressiva do imposto territorial urbano, a experiência de sua implementação em cidades como São Paulo, Cuiabá, Londrina, dentre outras, aponta para o contrário. Em território paulistano, o programa foi operado pela EMURB e financiou desapropriações e infraestrutura em áreas impactadas pelas obras da linha norte-sul do metrô, no entorno da estação Jabaquara. Ao focalizar este caso, pretendemos explorar o modo como o CURA funcionou como mais um dispositivo de valorização do circuito construtor-imobiliário, além de ter figurado entre os precursores de modelagens de instrumentos urbanísticos como as operações urbanas consorciadas.

### **Deborah Sandes de Almeida (Doutoranda FAU-USP)**

#### **Iniciativa privada e a produção da habitação em São Paulo: a atuação da Companhia City e do Inocoop entre as décadas de 1960 e 1980**

Esta comunicação visa abordar a produção da habitação pela iniciativa privada a partir da atuação de dois agentes distintos: uma companhia loteadora - a Companhia City de Desenvolvimento, fundada em 1912 com o objetivo de implantar loteamentos residenciais na cidade de São Paulo destinados às classes médias e altas, e que diversificou seus negócios a partir de 1960 passando a construir edifícios residenciais de médio e alto padrão, no bojo das políticas habitacionais em desenvolvimento no período; e uma assessoria técnica - o INOCOOP/SP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de



São Paulo, fundado em 1966, como um órgão de assessoramento técnico do BNH – Banco Nacional da Habitação junto às Cooperativas Habitacionais de trabalhadores sindicalizados, cuja função é a de acompanhar todas as fases de implantação de conjuntos habitacionais, desde sua concepção até a entrega das chaves das habitações para os moradores. Ambos os agentes desenvolveram seus projetos na cidade de São Paulo entre as décadas de 1960 e 1980, se valendo das regras e financiamentos estabelecidos pelo BNH para a produção de habitação destinada à população de baixa renda, mas que no decorrer de seu funcionamento acabou destinando empreendimentos à população de média e alta renda. Neste sentido, estas duas empresas são uma amostra da atuação destes agentes no mercado imobiliário paulistano, que no período da ditadura militar (1964-1985) estava centralizado nas decisões e recursos disponibilizados pelo governo federal para o desenvolvimento do sistema de construção civil no país e por sua vez na cidade de São Paulo.

### **Mariana Fix (FAU-USP)**

#### **A ditadura em construção: constituição e mutações do circuito financeiro-imobiliário**

A compreensão das reconfigurações recentes na produção da casa e da cidade quando o Brasil – em processo de redemocratização–, é atravessado pela mundialização financeira, requer o exame da constituição e alargamento do circuito imobiliário-financeiro, em especial na ditadura civil-militar, e sua crise. Nesse período, a montagem de um sistema de financiamento habitacional e, em seguida, de infraestrutura urbana e nacional, iniciou uma nova fase na articulação entre Estado, finanças e construção, especialmente para o subsetor de edificações. Alçada a uma questão nacional, a política habitacional combinou elementos de legitimação social e acumulação que forneceram as bases financeiras e ideológicas para a configuração do circuito financeiro-imobiliário.

## **MESA 4 | Arquitetos e instituições sob a ditadura**

**9:30 -12:00**

Mantendo em perspectiva o estreito vínculo entre a reprodução econômica do regime militar, as políticas públicas urbanas e a construção civil, a mesa pretende debater as mudanças e continuidades nos modos de atuação e organização profissional do arquiteto e urbanista no período, tendo em vista as novas coordenadas de ensino superior, o alargamento do campo profissional e do trabalho assalariado, os novos espaços institucionais e empresariais de atuação e os muitos caminhos de especialização nas práticas de consultoria, planejamento e projeto.

### **Marcelo Felicetti (UFRR)**

#### **Maldito[s] seja[m] Sergio[s] Bernardes!**

Essa comunicação provoca e convida a um breve passeio crítico por um recorte da extensa, plural e complexa produção dos muitos personagens-obra do carioca Sergio Bernardes (1919-2002), tendo como cenário a relação arquitetura e poder militarizado no Brasil (1964-84) dentro de uma “perspectiva situacionista”. Em que pese não ser esta relação exclusiva de Estados/governos autoritários/totalitários, muito ao contrário, o liame ‘arquitetura e poder’ se constituir historicamente indissociável na materialização simbólica de culturas e sociedades políticas diversas, o jogo de interesses ambíguos



entre arquiteto e poder(es) – militar, econômico-empresarial, geopolítico, territorial – alegorizado por Bernardes com os militares nacionais, principalmente a partir da expressiva produção em Brasília no período do milagre (1968-74), transcende quaisquer simplificações maniqueístas. Perscrutar criticamente seus resultados e/ou evidências contribui não apenas com a memória material (paisagem e poder) de uma produção arquitetônica pouco estudada, como provoca uma autorreflexão, desde aquele momento, da própria (im)potência do sujeito-arquitetura e da ideia mesma de projeto colocada em pauta pela ambição – e desenvoltura ficcional – de Sergio Bernardes no período.

### **Michel Hoog Chaui do Vale (Doutorando FAU-USP)**

#### **Lelé na Bahia: Estado, arquitetura, urbanismo e indústria**

A obra do arquiteto João Filgueiras Lima, Lelé, ficou marcada por sua produção mais “madura”: a Rede Sarah Kubitschek de hospitais, edifícios pré-fabricados que primam pelo conforto ambiental, pela racionalidade da construção e pela autonomia dos usuários. Porém, sua trajetória remonta a uma série de projetos elaborados para clientela estatal, da qual destacamos sua produção soteropolitana. O conjunto dessas propostas, muitas delas executadas e que mudaram as feições da capital baiana, foi viabilizado através de um escritório público de projetos associado a fábricas de componentes pré-moldados. Seu pleno estabelecimento no cenário baiano se dá em torno das gestões do prefeito Mário Kertész, com projetos de urbanização, edifícios institucionais e mobiliário urbano, mas inaugurou-se antes, na proposição de edifícios pré-fabricados para o Centro Administrativo da Bahia, quando Kertész era um jovem secretário de Estado no governo de Antônio Carlos Magalhães em 1972, em plena ditadura. O longo capítulo baiano da atuação de Lelé evidencia sua capacidade de viabilizar projetos de inovadora tecnologia construtiva em coordenação modular por meio da sua produção estatal, mesmo no ambiente adverso de governos não-democráticos. As qualidades da técnica que desenvolve, a rede de intelectuais que se constitui desde o Rio de Janeiro e se consolidam em Brasília - onde participa da construção da nova capital e de sua universidade -, e sua resiliência para o estabelecimento de condições de realização de obras significativas de caráter público são alguns dos pontos centrais para o entendimento do alcance de sua produção, ímpar no cenário brasileiro do século passado.

### **Paula Dedecca (Escola da Cidade)**

#### **Reflexões sobre a prática assalariada: pontos intermediários na dualidade liberdade e burocratização**

Ao mobilizar duas publicações veiculadas em 1972, a comunicação pretende discutir a prática assalariada do arquiteto, que se soma ao modelo liberal de atuação nos anos de 1970, impulsionada pelas largas transformações nos modos de produção de espaço e, mais especificamente, na cadeia da construção civil. Em um primeiro momento, a fala se apoia na dissertação “O Arquiteto: Estudo Introdutório de uma Ocupação”, do sociólogo José Carlos Garcia Durand, que discute a profissão a partir da percepção de um “drama de ajustamento deste agente às condições de trabalho dadas no setor terciário do sistema produtivo em que ele se insere como portador de um conhecimento especializado”. Em seguida, a partir do número inaugural do jornal *Arquiteto*, publicação associada ao IABsp e ao recém criado Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, tal crise é discutida a partir da perspectiva da própria categoria profissional, buscando entender os pontos intermediários da dualidade proposta por Durand entre liberdade e burocratização, ou entre exercício liberal e assalariamento.





**Sarah Feldman (IAU-USP)**

**Planejamento territorial, instituições e embates na ditadura: desafios para o presente**

Dois momentos de diferentes institucionalidades marcam os caminhos do planejamento territorial durante o regime militar. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo-Serfhau, permaneceu ativo de 1964 a 1974, responsável pelo financiamento de planos integrados e pelo suporte aos governos municipais na execução do planejamento local, e o Conselho Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana-CNPU, criado em 1974, substituído pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano-CNDU, em 1979, tiveram como atribuição a formulação de uma política de desenvolvimento urbano, no chamado período de abertura. Ambos desempenharam papel central na criação de um sistema de planejamento urbano. Na perspectiva das instituições como espaços de embates, onde convivem posições e concepções conflitantes, são destacados profissionais de diferentes campos disciplinares, não identificados com o regime - nem exilados, nem presos, alguns clandestinos – que, coerentes com suas trajetórias e posturas profissionais, atuaram nos limites das ações possíveis no período. No Serfhau, foram protagonistas na formação de quadros para fortalecimento da administração pública, com a entrada das empresas de engenharia consultiva na política local. No CNDU, na elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a formulação de uma lei de desenvolvimento urbano introduziu instrumentos jurídicos de justiça social que foram a base para as mudanças na Constituição Federal de 1988 e para o Estatuto da Cidade. Um olhar sobre esses processos e agentes a partir do presente - de mudanças de ordem política e recrudescimento de grupos pró-ditadura militar – nos colocam desafios para a pesquisa e para a prática no campo do planejamento territorial.

**MESA 5 | Tecnopolítica das grandes obras**

**14:00-16:00h**

É durante a ditadura que o empresariado do setor de obras pesadas se beneficia de maneira privilegiada de políticas de proteção e incentivo e das relações com o aparato estatal, realizando grandes obras públicas de infraestrutura em todo o território nacional. Usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, rodovias, vias expressas e trens metropolitanos foram emblemas dos anseios de progresso do regime e do desenvolvimento das engenharias e de tecnologias de ponta no período, enquanto seus canteiros de obras mantivessem níveis altíssimos de exploração, violência e precarização do trabalho. A mesa debaterá as tramas políticas e as condições materiais que ensejaram a multiplicação de obras desse tipo pelo país, concatenando discursos, práticas e agentes.

**Deborah Neves (pós-doc Unifesp)**

**Tecnocracia e apagamentos da História em São Paulo**

A partir da análise de caso da antiga Casa de Correção - conhecido como Presídio Tiradentes - a proposta é debater como os conceitos de história da cidade e patrimônio foram tensionados pela tecnoburocracia para viabilizar a demolição do complexo de edifícios erigidos na primeira metade do século XIX sob a alegação de risco de ruína de um dos mais relevantes testemunhos materiais do período imperial na cidade de São Paulo. Assim, a Companhia do Metrô, articulada com os interesses da



Prefeitura e do Governo do Estado, promoveu sua demolição para encobrir crimes, apagar as Histórias do lugar e implantar a Estação Tiradentes, distante apenas 400m da Estação da Luz.

### **Luiz Florence (Dr. FAU-USP)**

#### **Rodovia na Cidade: o processo de metropolização pelo automóvel em São Paulo**

Faz parte do processo de modernização conservadora em curso no Brasil, a partir da Segunda Guerra Mundial, uma tríade de fenômenos entrelaçados: o processo de metropolização das principais cidades brasileiras, a expansão da fronteira industrial e a substituição de importação, impulsionada pela indústria metalúrgica, do petróleo e da construção civil, e a expansão da malha rodoviária, tanto na sua dimensão interurbana, criando uma rede regional de integração das cidades, solapando as antigas redes fluviais e ferroviárias, colocando o automóvel como duplo papel: protagonista do processo de metropolização das cidades e símbolo da nova macroacessibilidade urbana; e produto símbolo da industrialização brasileira, sonho de consumo da classe média branca emergente. Este processo se tornou ainda mais agudo durante o período da ditadura civil-militar, quando se implementou um programa federal, capitaneado pelo recém criado Ministério dos Transportes, no qual as principais capitais brasileiras se tornaram nós de conexão de uma extensa rede rodoviária nacional, afirmando a hegemonia rodoviarista. Nas cidades, esse fenômeno introduziu a via expressa, a materialização do rodoviarismo regional dentro da malha urbana, promovendo ruínas e demolições de áreas históricas dos centros urbanos, se sobrepôs à políticas de mobilidade urbana de transporte de massa, e transformando a paisagem urbana, ao possibilitar o espraiamento pela suburbanização conectada pelo automóvel.

### **Pedro Campos (UFRRJ)**

#### **Tecnopolítica das grandes obras: a construção da ponte Rio-Niterói (1968-1974)**

A exposição busca problematizar a política e os interesses em torno das grandes obras de engenharia no Brasil, particularmente durante o período da ditadura civil-militar e com estudo de caso sobre a construção da ponte Rio-Niterói, implementada no auge do regime, ao longo dos governos Costa e Silva e Médici. Buscamos implementar o processo decisório para a construção da ponte em meio ao período de ditadura, a relação do governo com as empreiteiras responsável pelo empreendimento, a escolha pela solução rodoviária, as condições de trabalho dos operários, os acidentes ocorridos na obra, bem como o uso do projeto para fins de propaganda do regime e das empresas relacionadas à ditadura. Para isso, usamos imprensa, revistas, documentos oficiais e empresariais sobre o empreendimento. Concluímos que o projeto guarda uma série de elementos marcantes da ditadura brasileira instituída com o golpe de 1964, como solução pelas grandes soluções de engenharia, alta exploração da força de trabalho, favorecimento dos interesses empresariais, opacidade em relação à condução financeira e política do empreendimento, uso da obra para fins de propaganda e elevado índice de acidentes de trabalho, inclusive mortais.



## **MESA 6 | Arquitetura, política e desenvolvimentismo**

**16:30-18:30h**

Nas décadas do regime militar, o crescimento da economia brasileira e das desigualdades sociais e regionais, o desenvolvimento de nosso subdesenvolvimento, pode ser compreendido como inerente ao processo de expansão do capital em suas periferias. A mesa busca delimitar e discutir algumas das especificidades das políticas desenvolvimentistas adotadas no período, suas continuidades e rupturas com o período anterior, os debates e críticas acerca dos modelos adotados e suas relações com distintas apostas produtivas, arquitetônicas e planificadoras.

### **José Lira (FAU-USP)**

#### **Arquitetura, Sudene e a re(li)gião do plano**

Em 1974, foi inaugurado no Recife o edifício-sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Localizado em terreno do campus da Universidade Federal de Pernambuco na periferia oeste da cidade, a megaestrutura de 72 mil metros quadrados, 13 andares, 300 metros de extensão, foi canonicamente definida. A silhueta curva dos prismas verticais dos escritórios; o uso abundante do concreto armado na estrutura independente, nas marquises e esplanadas de acesso, nos 85 mil cobogós da fachada oeste; o recurso à síntese das artes em seus murais, painéis materiais de revestimento e jardins projetados por Burle-Marx sintomaticamente atualizam o que até então vislumbrava-se como uma arquitetura regional modernista. O arquiteto paraibano Glauco Campelo, autor do anteprojeto do edifício em 1967, acabara de chegar de Brasília onde vinha colaborando com Oscar Niemeyer e a Universidade de Brasília desde a formatura no Rio em 1959. Após aderir à demissão coletiva dos mais de 200 professores da UnB em 1968, fixou-se no Recife, onde acompanhou o desenvolvimento do projeto, comandado pelo arquiteto Maurício Castro e outros. Esse texto propõe uma leitura alegórica do edifício à luz das promessas e mitologias do planejamento regional nordestino. Articulando o projeto moderno de filiação regionalista em gestação no Recife desde os anos 1920 com os embates em torno do subdesenvolvimento antes e depois de 1964, imagina-se poder iluminar as relações e operações de ocultamento e revelação entre a obra e seu momento sociocultural mais amplo.

### **João Bittar Fiammenghi (Doutorando FAU-USP)**

#### **Arquitetos e desenvolvimento no regime militar brasileiro, entre impasse e apostas**

Esta comunicação busca lançar questões para aprofundarmos o olhar sobre as relações entre o campo da arquitetura em São Paulo de 1969 a 1979 e as críticas da esquerda ao desenvolvimento engendrado pelo regime militar brasileiro. Da “Casa popular” de Sérgio Ferro, passando pela circulação de textos de André Gunder Frank e Francisco de Oliveira na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ao depoimento de Rodrigo Lefèvre no Instituto de Arquitetos do Brasil, reconstitui-se um ambiente disciplinar que buscava interpretar a produção dos edifícios, situando-a no desenvolvimento-subdesenvolvimento e no urbano em constante construção-destruição, motor da acumulação capitalista. Se a casa é uma mercadoria, como deveria ser sua produção (e seu desenho, portanto) em um sentido que não reforçasse o desenvolvimento de nosso subdesenvolvimento? Qual seria a “arquitetura possível”? Não procuramos apresentar respostas, mas indicar os deslizamentos do campo disciplinar, a porosidade com outras ciências sociais e certas acepções do projeto



desenvolvimentista pelos profissionais da arquitetura em São Paulo naqueles anos, do "milagre" à derrocada da ditadura.

**Alexandre Barbosa (IEB-USP)**

**O pensamento econômico na ditadura militar**

O objetivo da exposição é mostrar como a ditadura militar exigiu uma reflexão crítica do ponto de vista da economia política, mostrando as várias vertentes do pensamento econômico ao longo do período. O objetivo é apontar as novas configurações da acumulação capitalista a partir dessas leituras e os impasses colocados para um projeto de desenvolvimento alternativo ao do regime.